

Mais democracia, não menos!

O ano de 2014 será marcado por dois aniversários de forte impacto histórico. Serão comemorados 80 anos de criação da Universidade de São Paulo e 50 anos do golpe militar de 1964. Comemorar, atenção, não é necessariamente festejar, mas lembrar, rememorar, rever. No que diz respeito ao movimento armado que derrubou o governo constitucional de João Goulart, dando início a duas décadas de ditadura, definitivamente nada há o que celebrar. Os crimes cometidos pelo regime militar causaram enormes perdas humanas e deixaram fundas cicatrizes no patrimônio imaterial do país.

Ainda nos defrontamos com um duradouro legado ditatorial, que resiste até mesmo nas universidades. Prova disso são a permanência, no Estatuto da USP, do Regimento Disciplinar de 1971, e os variados episódios policiais ocorridos nas duas últimas gestões reitorais, entre os quais merecem destaque as invasões do *campus* do Butantã por tropas de choque da Polícia Militar; a espionagem das entidades representativas; e os inquéritos contra estudantes e funcionários conduzidos pela Procuradoria Disciplinar, criada pelo procurador-geral Gustavo Monaco na gestão de J.G. Rodas.

No âmbito nacional vive-se uma conjuntura preocupante. A pretexto de combater o “terrorismo”, o “vandalismo” e a “desordem social”, autoridades aderem às pressões da mídia oligopólica e de setores conservadores da sociedade e propõem novas leis que, se aprovadas, vão endurecer a repressão aos movimentos sociais e a criminalização da pobreza. Desejam retrocesso, quando se precisa é de mais democracia.

A coincidência, portanto, dos aniversários da USP e do golpe militar nos convida a revigorar os esforços para efetiva democratização, tanto do país quanto da universidade. Como observamos na edição anterior, a última de 2013, pouco se alterou na estrutura de poder com as mudanças aprovadas no Conselho Universitário (Co). Eleito, tal como seus antecessores, por um colégio

eleitoral restrito, o reitor Marco Antonio Zago acena, contudo, com a realização de um processo de mudanças substanciais, que seria deflagrado já nas próximas reuniões do Co.

A primeira reunião entre a Adusp e o novo reitor, assunto de matéria nesta edição (p. 3), revelou-se produtiva, sem prejuízo dos diferentes pontos de vista. A nova gestão mostrou-se receptiva e respeitosa. Sem dúvida um bom sinal, quando nos recordamos da postura deletéria, não raramente agressiva, da gestão anterior. Resta saber quanto se avançará em medidas que democratizem a estrutura de poder, oxigenando a universidade. O que implica reduzir o imenso poder da oligarquia que controla a USP e, simultaneamente, garantir a real participação das categorias e segmentos hoje subrepresentados: funcionários técnico-administrativos, estudantes, a maioria dos docentes. A conferir.

Crise financeira. Anunciaram-se medidas de contenção de despesas, dado que o descontrole das finanças na gestão Rodas teria provocado uma redução drástica nas reservas da USP. De fato algo precisava ser feito, embora cheguem informações, por exemplo, sobre atrasos em repasses para bolsistas e na contratação de docentes já concursados que, se confirmados, seriam inaceitáveis. Só não procede a propalada “sur-

presa” com a situação de descontrole. Afinal, a gestão que se inicia tomou parte da anterior e em posições de destaque.

De qualquer modo, a crise reitera, ou repõe na agenda, o tema da gestão democrática e da transparência dos atos administrativos. Nunca é demais lembrar que várias iniciativas que geraram despesas na gestão passada sequer foram submetidas ao Co, muito menos ao crivo da comunidade.

A propósito, o editorial “Sanear a USP”, publicado em 18/2 pela *Folha de S. Paulo* (<http://goo.gl/UG7pyQ>), tenta pegar carona na crise para: 1) lamentar a “falta de flexibilidade do regime de trabalho” na universidade — ignorando que, desde 1988, o Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP) está “flexibilizado”, permitindo atividades externas remuneradas, o que é deplorável; 2) atacar o direito do funcionalismo público à aposentadoria integral, apresentada como “iniquidade”; e 3) recomendar um “choque de saneamento”. Tudo isso sem ao menos citar a passagem de Rodas pela Reitoria!

Em resposta, enviamos carta ao jornal, que se comprometeu a publicá-la. O texto integral está disponível em <http://goo.gl/MhkQsZ>.

Crise da EACH. A crise da EACH tomou novos contornos em 18/2, durante reunião aberta daquela unidade com Osvaldo Nakao, superintendente do Espaço Físico (ver p. 2). Tornou-se evi-

dente que não há condições para a rápida desinterdição do *campus* leste e uma retomada, em curto intervalo de tempo, das atividades da EACH. No entanto, constatou-se também que, às vésperas do novo prazo para o início das aulas (10/3), a Reitoria ainda não dispõe de local alternativo que possa abrigar os 5 mil alunos da unidade, cerca de 270 docentes e 200 funcionários, e assim dar início ao ano letivo de 2014.

Ao que parece, a estratégia da Reitoria, representada pela SEF nesse *imbroglio*, consiste em apostar na desinterdição, minimizando os riscos existentes naquele *campus*. Na reunião, Nakao esforçou-se para convencer docentes, estudantes e funcionários de que a volta para a USP Leste já é possível e que não há necessidade de atender, de imediato, a todos os condicionantes elencados pela Cetesb. O resultado foi um misto de frustração, irritação e desencanto dos docentes, que se traduziram em polidas porém tensas interpelações ao “gestor da crise”.

Nas reuniões que manteve com o reitor e o chefe de gabinete, a Adusp transmitiu seu entendimento de que o caminho trilhado pela SEF é temerário, incompatível com a gravidade do problema, e destoante das expectativas da comunidade. A Adusp enfatizou que, sem uma profunda reorientação no tocante à EACH, a Reitoria arrisca-se a repetir a conduta desastrosa da gestão anterior. A ver.



Nova sede da Adusp, à Av. Professor Almeida Prado 1366

Leia sobre a
campanha
salarial de 2014
e a greve no
Ceeteps no
Boletim do
Fórum das Seis:

<http://goo.gl/7mV7MF>

Reitoria segue sem “plano B” para EACH

Quase todas as poltronas do auditório do Conselho Universitário foram ocupadas por docentes (em grande número), estudantes e funcionários da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH-USP), para uma reunião com o titular da Superintendência do Espaço Físico (SEF), professor Osvaldo Nakao, que o reitor designou como “gestor da crise” da unidade. Ao final, os sentimentos de irritação e frustração eram evidentes nos comentários (e semblantes) dos docentes. Nakao admitiu que até aquela data, 18/2, a USP não havia conseguido um local para abrigar a EACH enquanto durar a interdição do *campus* leste, em vigor desde 9/1, por decisão judicial.

O dirigente da SEF minimizou os riscos à saúde e tentou convencer a comunidade da EACH de que a solução mais viável seria o retorno ao *campus* assim que ocorresse a desinterdição, num contexto que envolveria a assinatura de um termo de ajustamento de conduta (TAC) no qual seria concedido novo prazo para implementação de algumas medidas. “Não é fácil encontrar 25 salas disponíveis de manhã, tarde e noite”, disse Nakao quando questionado, referindo-se à necessidade de espaço para oferecer aulas aos 5 mil alunos da unidade. “A melhor opção é voltar aos nossos locais”.

Porém, diversos docentes cobraram a urgente definição de uma nova sede para a EACH, reafirmando ainda, como condição para o retorno às atividades no *campus* leste, o pleno cumprimento dos 13 condicionantes definidos pela Cetesb. Paulo Sinisgalli e Marcos Bernardino de Carvalho — docentes que integram, respectivamente, o Grupo Técnico e a Comissão Ambiental da EACH — reforçaram com argumentação técnica o entendimento de que não é prudente expor a comunidade sem que esteja concluído o estudo de riscos para a saúde humana.

Recursos. “Todos os recursos serão investidos na EACH”, afirmou Nakao em resposta a questionamentos. Antes, ele chegou a insinuar que a USP “não tem dinheiro” para medidas como a retirada do aterro ilegal, cujo custo estima em R\$ 20 milhões. Mas ao final da reunião declarou ao *Informativo Adusp* que, caso seja necessária a retirada de toda a terra, a USP o fará, independentemente do custo.



Intervenção da professora Bete Franco na reunião de 18/2. Na mesa, professores Carvalho, Nakao e Sinisgalli

O dirigente da SEF comunicou o fim do contrato com a Servmar, empresa que prestava consultoria ambiental nos assuntos da USP Leste. Uma nova empresa foi contratada: a Weber Ambiental.

Quanto à presença de metano no subsolo e áreas internas dos edifícios da EACH, a SEF avalia que apenas três dos 115 pontos onde foi detectado esse gás apresentam concentração entre 5% e 15% (faixa de explosividade). “Várias regiões de São Paulo têm metano confinado embaixo do solo”, disse Nakao, que fez referência à sua origem japonesa para alegar que está “acostumado com calamidades”.

Arlindo Philippi Jr., prefeito do *campus*, após comentar que a “desinformação plena” foi substituída pela “transparência real”, ironizou pergunta encaminhada ao superintendente pela professora Michele Schultz, relativa à eventualidade de uma imediata desinterdição da EACH (“A USP atesta que não há riscos de explosão e de contaminação?”). “Quem me garante que ao sair desta sala não serei atingido fatalmente e morrerei?”, arriscou o prefeito, causando constrangimento.

Precaução. Algumas das informações prestadas por Nakao foram contestadas por Carvalho. Ele observou que os pontos de alta concentração de metano são em número bem maior e que muitos deles teriam mais de 15% de concentração, chegando até a 40%. Acrescentou que há necessidade de investigar se os bolsões profundos de metano na área não estão abastecendo o metano mais superficial, conforme indicam estudos realizados pelo professor Carlos Mendonça (IAG-USP).

Sinisgalli mencionou que o estudo detalhado necessário para se investigar os riscos à saúde huma-

na no *campus* leste só terá início dentro de três a quatro meses, e levará de seis meses a um ano para ser concluído. Citou uma decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que, ao julgar um caso de grave contaminação, preferiu manter a interdição, adotando o “princípio da precaução”.

Carvalho afirmou que, mesmo que as áreas sabidamente contaminadas sejam isoladas por tapumes, “o ascarel [composto orgânico derivado do petróleo, potencialmente carcinogênico], o pior dos contaminantes”, persistirá na beira das calçadas. “Será que pode haver desinterdição sem se ter um diagnóstico mais completo?”

Condicionantes. A professora Bete Franco recordou a decisão do movimento da EACH de só aceitar o retorno ao *campus* leste se cumpridas todas as exigências da Cetesb: “Vemos com bons olhos a possibilidade de um TAC, mas desde que contemple as reivindicações da comunidade”. As decisões técnicas devem levar em conta essa perspectiva: “Se vai gramar ou interditar a área contaminada, ou se vai retirar a terra, faz diferença”, exemplificou.

“Fomos nós que fizemos essa escola, em condições bastante adversas”, disse, referindo-se ao conjunto da comunidade. “A instituição é bastante desrespeitosa conosco. Não queremos mais ser desrespeitados. Queremos uma garantia”, enfatizou. “Qual é o preço de uma vida?”, indagou Bete, citando frase de um médico sanitário, e cobrou mais seriedade da USP.

O professor Carlos Brito dialogou com o mote deixado pela colega: “Somos o segundo menor orçamento da USP. A Universidade já precificou nossas vidas”.

Vários docentes cobraram da Reitoria a definição de um local

alternativo enquanto durar a interdição do *campus* leste. “Qual o ‘plano B’? Para onde iremos?” perguntou Silvana Godoy, arrancando aplausos. “Queremos trabalhar. Onde é que nós vamos trabalhar?”

Indefinição. O professor Josmar Andrade referiu-se a uma declaração atribuída ao reitor, de que “não importa onde, as aulas da EACH começarão em 10 de março”, para então perguntar se existe uma alternativa ao *campus* leste. “Meu *notebook* está aberto e tenho 50 alunos me perguntando se alugam república, ou se se mudam para São Paulo, e 50% deles moram na zona leste”. E finalizou: “No dia 10 me apresento onde para trabalhar?”

Diante das explicações do dirigente da SEF, Bete ponderou: “Estamos entendendo as dificuldades. Mas não podemos viver nessa indefinição, *ad infinitum*. Estamos reivindicando da universidade um posicionamento mais nítido”. Nakao reiterou então que a SEF vem procurando um local, mas admitiu que ainda não tem uma solução: “Eu não tenho uma resposta”.

A professora Flávia Mori, coordenadora de pós-graduação da EACH, indignou-se com a tentativa de Nakao de apresentar o adiamento do início das aulas para 10/3 como uma decisão consensual entre os docentes e a Reitoria. “Tomamos essa decisão unilateralmente”, explicou ela.

A professora Maria Cristina Motta de Toledo, diretora da unidade, disse que essa data pode ser alterada novamente: “Esse prazo de 10 de março foi uma avaliação [temporária] que nós fizemos e que a gente reavaliaria a cada semana”. Ela manifestou confiança na continuidade da EACH e no trabalho realizado.

Seminário destaca urgência de identificação de riscos para a saúde humana na EACH

A comunidade da EACH, com apoio da Adusp e de outras entidades, realizou em 14/2, na Escola de Aplicação, o Seminário “Contaminação Ambiental e Saúde, o caso da USP Leste”, que contou com a participação da Gerência em Vigilância Ambiental da Coordenação de Vigilância em Saúde (Covisa) e do Centro de Referência da Saúde do Trabalhador-Leste (CRST), ambos pertencentes à Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo.

Uma das mesas, que teve como expositor convidado o professor Carlos Mendonça, do Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas (IAG-USP), tratou das questões ambientais da EACH. Mendonça apresentou seu estudo “Acumulações de biogás em sedimentos quaternários da bacia sedimentar de São Paulo: importância para a prevenção de desastres”, e defendeu a necessidade de se realizar a drenagem do metano presente em bolsões localizados em formações sedimentares situadas numa faixa que varia entre 4 m e 10 m de profundidade. O trabalho de exaustão desse gás que vem sendo realizado na EACH limita-se a concentrações próximas da superfície.

O professor Evandro Moretto (EACH), no estudo “Condições Ambientais da EACH”, apresentou uma detalhada retrospectiva das pesquisas e intervenções realizadas no *campus* leste. A conclusão aponta que a viabilidade ambiental da escola “está condicionada às exigências da Licença de Operação” estipuladas pela Cetesb e envolve tanto a gestão do risco de explosão (monitoramento e exaustão de metano) quanto a gestão do risco de contaminação, que inclui avaliação de risco ambiental, plano de reabilitação e análise de custo-benefício.

Coube à professora Adriana Tuface (EACH) explicar sobre a mobilização da comunidade que resultou na greve de 2013, na saída do diretor Jorge Boueri, na criação de colegiados com a participação das categorias (GT e Comissão Ambiental) e na consulta oficial paritária para escolha da nova direção.

Saúde em jogo. Outra mesa, composta pela equipe da Covisa, abordou a questão dos contaminantes químicos e dos riscos à saúde humana. Estela Maria Bonini, enfermeira sanitária, discorreu sobre as interações

entre saúde e meio ambiente e os marcos legais de construção do Sistema Único de Saúde e da proteção frente a riscos ambientais, enfatizando a importância da prevenção. Para ela, é preciso introduzir no debate o conceito de “injustiça ambiental”, utilizado pela Fiocruz em vários estudos.

Mirta Alcira Ferro Rodrigues Silva, médica sanitária, falou sobre os indicadores de risco para a saúde de populações expostas a substâncias químicas: efeitos carcinogênicos, efeitos não carcinogênicos, susceptibilidade das populações etc., bem como sobre avaliações de risco de adoecimento, protocolos de atendimento e estudos epidemiológicos.

Ao final houve um amplo debate entre a plateia e os expositores. Algumas pessoas questionaram a própria escolha do *campus*, situado em áreas de proteção ambiental e, por outro lado, utilizado como depósito de sedimentos dragados do rio Tietê e de lixo industrial.

“A recuperação de áreas degradadas é viável”, defendeu o professor Mendonça. “Houve problemas parecidos na Irlanda e em Nova Jersey, que passaram por processos industriais severos”, disse. O professor Moretto credi-

ta que a remediação dos problemas ambientais do *campus* leste demandará cerca de um ano. “Eu também quero voltar para a EACH, defendendo a unidade lá, mas com muita responsabilidade”.

Vinicius Boim, do CRST, propôs o “acolhimento imediato de todos os trabalhadores da USP Leste com problemas de saúde” e destacou que não se pode “escamotear os impactos para a saúde humana” da contaminação existente no *campus*. Nelson Figueira Jr., também da Covisa, destacou a necessidade de se obter uma avaliação de risco à saúde humana (que não se confunde com os estudos ambientais), pois “grupos diversos se expuseram” a substâncias contaminantes.

Foi denunciado que os funcionários terceirizados que permanecem no *campus* leste (vigilantes e operários) trabalham em situação de grande precariedade, sem equipamentos de proteção e precisando se cotizar para comprar água. Também se falou dos riscos para os moradores dos bairros do entorno: “Que linha imaginária diz que a creche do Keralux não está sendo afetada por tudo isso?”, indagou a professora Bete Franco.

MPE investiga Boueri

A Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Capital, do Ministério Público Estadual (MPE), abriu inquérito civil 941/13, para investigar o ex-diretor da EACH Jorge Boueri por improbidade administrativa e enriquecimento ilícito, com base nos artigos 9º e 11 da Lei da Improbidade Administrativa (lei 8.429/1992). Uma representação da Adusp, protocolada no MPE em 18/12/13, contra Boueri e o então reitor J. G. Rodas, foi pensada ao inquérito.

O inquérito do MPE está relacionado ao aterro ilegal realizado na EACH em 2011, durante a gestão de Boueri. Há suspeitas de que esse crime ambiental, que envolveu o transporte e depósito de terra contaminada, teve motivação pecuniária, ou seja, deu-se mediante atos de corrupção de funcionários públicos.

33º Congresso do ANDES-SN

O 33º Congresso do Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior foi realizado em São Luís (MA), de 10 a 14/2, e teve como tema “Andes-SN na defesa dos direitos dos trabalhadores: organização docente e integração nas lutas sociais”.

A delegação da Adusp contou com a participação dos colegas Adriana Alves, Andrés Vercik, Arsenio Sales Peres, César Antunes de Freitas, Ciro Correia, Elisabetta Santoro, Maria de Fátima Simões Francisco, Lighia B. Horodyski Matsushigue, Rosângela Sarteschi e Sérgio Souto.

O plano de lutas aprovado para o setor das Instituições Estaduais e Municipais de Ensino Superior (IEES e IMES, respectivamente) contempla, entre ou-



Andes-SN

Abertura do Congresso

tras ações, a luta por uma carreira docente que priorize a Dedicção Exclusiva como regime de trabalho preferencial, pela garantia de autonomia acadêmica e administrativa das universidades e contra a privatização do ensino público, com mobilização permanente. Está prevista a realização de um “Dia Nacional de Luta” em defesa de

mais recursos públicos para as IEES-IMES para 28/5 deste ano.

Foi aprovado o regimento que define as próximas eleições, e houve a inscrição de uma única chapa para a nova diretoria do Sindicato, biênio 2014-2016. A chapa “Andes-SN de luta e pela base” tem como candidatos a presidente, Paulo Rizzo, da

Seção Sindical da UFSC; a secretária geral, Cláudia March, da Aduff Seção Sindical; e a 1º tesoureiro, Amauri Frago, da Adufcg Seção Sindical. Os demais nomes que compõem a chapa serão apresentados posteriormente. As eleições devem ocorrer, por votação direta e secreta em todo o Brasil, nos dias 13 e 14/5.

Reunião entre Zago e Adusp

Reitoria e Adusp reuniram-se em 6/2. Estiveram presentes, pela Reitoria, o reitor Marco Antonio Zago, o chefe de gabinete José Drugowich, e Valéria de Marco (professora convidada pelo reitor); pela Diretoria da Adusp, os professores Ciro Correia, César Minto, Lighia Horodinski-Matsushigue e Adriana Tufaile.

Zago iniciou a reunião reiterando o que nos dissera por ocasião da visita de sua chapa à Adusp, em novembro de 2013. Citou a importância de estabelecer e manter diálogo com as representações de docentes, funcionários e estudantes.

Anunciou haver criado uma comissão *ad hoc* (Ana Lana, Brasília Salum, Carlos Martins, Lisete Arellano e Valéria de Marco), à qual solicitou contribuições no que se refere a propostas para a democratização da universidade.

Informou que a primeira reunião do Co, em 11/2, priorizaria o emergencial, sobretudo a votação do Orçamento e questões relativas ao funcionamento do colegiado. Uma segunda reunião, em 25/2, trataria da “carga represada”. Em 25/3, reunião extraordinária do Co daria início ao processo de discussão da democratização da USP.

Sobre a EACH, Zago disse considerar tecnicamente simples a solução dos problemas ambientais da unidade, e que o foco da ação da USP seria o de reverter a interdição do *campus*, para retomar a normalidade.

Interlocução. O professor Ciro, presidente da Adusp, enfatizou a importância da interlocução qualificada entre a administração e a entidade de representação dos docentes. Ponderou que o sucesso da iniciativa dependerá, em grande medida, da democratização da USP. Lembrou que, historicamente, a interlocução entre Reitoria e categorias sempre deixou a desejar, mas na gestão de Rodas chegou a “níveis impensáveis”.

Ciro elencou, então, diversos tópicos que representam pendências a serem resolvidas, apenas para registrá-los e posterior discussão com a Reitoria. Exibiu um conjunto de ofícios enviados à gestão anterior, que permaneceram sem resposta, receberam resposta parcial, ou em alguns casos

obtiveram resposta incompatível com o questionamento feito.

O reitor mostrou-se favorável à resolução das pendências, sugerindo que o chefe de gabinete se encarregasse dos encaminhamentos necessários.

A seguir, Ciro pontou as principais questões que preocupam a Adusp:

- **Necessidade de formalização do Termo de Permissão e Uso da sede da Adusp.** A gestão anterior recusou-se a assinar um Termo. Zago mostrou-se favorável a que a situação seja regularizada.

- **Regras de aposentação dos docentes.** A Procuradoria Geral (PG-USP) continua a pautar-se pela Resolução 4.224, de 1995, ignorando a evolução legal e as decisões dos tribunais. “A USP perde na justiça mas a PG insiste na aberração”,

Crise da EACH. Sobre a EACH, Ciro advertiu que “há um problema sério de falta de credibilidade institucional, que não se resolve com a mudança do reitor”. Para revertê-lo, há necessidade de coerência entre o que é acordado com a comunidade e as iniciativas administrativas e jurídicas. “A argumentação da PG é acintosamente inconsistente, e isso precisa parar”, explicou.

Até o momento, prosseguiu, a atuação da nova gestão parece buscar apenas obter a desinterdição, sem resolver os problemas. Ponderou que, ao contrário do afirmado, a solução não é tecnicamente simples, entre outros motivos porque a trepidação existente na área provoca instabilidade dos bolsões de metano.

ções. Disse considerar um “plano B”, mas que a prioridade é reabrir o *campus*.

Reunião de 19/2. A Adusp reuniu-se com o professor Drugowich em 19/2, quando foram retomados os temas antecipados em 6/2. Nas questões relativas à aposentação, Ciro apresentou documentação e propôs ao chefe de gabinete alternativas para discussão posterior com a Reitoria, particularmente a PG.

Sobre a Progressão Horizontal, o presidente da Adusp entrou no caso concreto dos dois únicos recursos contra decisões da CCAD tornados públicos até agora, um seu e outro da professora Denise de La Corte Bacci. Ciro entregou a

Drugowich cópia de petição endereçada à Secretaria Geral (SG, que lhe enviou parecer desfavorável da PG), na qual ele solicita “que o processo seja encaminhado ao reitor para que se manifeste a respeito”.

Sobre a paralisação do processo de reavaliação da Progressão Horizontal, o chefe de gabinete disse que iria inteirar-se e conversar com a SG. Ciro observou que, na gestão anterior, a SG comunicou que caberia à CCAD con-

solidar as manifestações das unidades, o que seria descabido. Drugowich concordou.

O chefe de gabinete recebeu cópia de todos os ofícios à Reitoria pendentes de resposta. Assumiu o compromisso de encaminhar respostas e de apresentar um balanço na próxima reunião, prevista para 12/3.

Sobre a EACH, Ciro comentou a reunião da véspera (vide p. 2). Insistiu que a Reitoria precisa mudar de atitude e respeitar o entendimento da Comissão Ambiental. Drugowich se disse de acordo.

Quanto à pauta da democratização, a entidade aguarda contato da comissão *ad hoc*. Ciro lembrou que a Adusp tem posição definida (Estatuinte exclusiva, eleita paritariamente), mas reiterou a disposição de conversar.

A respeito do Cruesp, manifestou, diante da aproximação da data-base, que se espera nova postura, aberta à negociação. Drugowich disse que esse é o compromisso da atual gestão.



Marco Antonio Zago na reunião de 6/2

Daniel Garcia

disse Ciro. O reitor comprometeu-se a debater o assunto.

- **Transparência.** Não é aceitável ter de recorrer à Lei do Acesso à Informação para obter simples atas de reunião, já tendo chegado à entidade documentos com tarjas. O reitor concordou que tal situação é inadmissível.

- **Progressão Horizontal na Carreira.** Enfatizou-se a necessidade de mudança do artigo 4º da Resolução 5.927/11, o qual determina que os recursos de docentes contra resultados de avaliações esgotam-se na própria Comissão Central de Avaliação Docente (CCAD).

- **Cruesp.** O presidente da Adusp abordou a necessidade de maior interlocução entre o Cruesp e o Fórum das Seis. Zago concordou, dizendo-se parceiro nessa preocupação.

Depois, Ciro entrou no tema da democratização, alertando para o fato de que as chances de sucesso do processo de democratização dependem da transparência no debate e da implementação efetiva de mudanças.

Ciro lembrou que mesmo as soluções técnicas devem basear-se em ampla consulta; observou que o corpo docente do curso de Gestão Ambiental da EACH, totalmente qualificado para opinar, foi ignorado; reforçou a necessidade de a Reitoria consultar a comunidade da EACH.

O reitor, que acompanhou atentamente a exposição, afirmou então que, ao usar a expressão “tecnicamente simples”, referia-se à natureza das medidas corretivas. Ele revelou que o Ministério Público Estadual quer elementos concretos de segurança no *campus*. “Descobri que retirar a terra contaminada não pode ser feito de um dia para o outro”, disse, referindo-se ao aterro ilegal de 2011. Mas “vamos fazer”, prometeu.

Após explanação adicional da professora Adriana, que é docente da EACH, Zago explicou que não havia marcado reunião com a comunidade da escola porque ainda estava se informando sobre o problema e possíveis solu-